

**Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU**  
**Ata da Reunião Extraordinária**  
**Dia 11 de abril de 2003**

Às 10:00 (dez) horas do dia 11 de abril de 2003 (dois mil e três), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência do Dr. Djalma Souto Maior Paes Júnior, presidente do Conselho. Havendo número legal, o presidente declarou aberta a reunião extraordinária, fazendo a leitura da pauta: Plano Diretor. Em seguida, deu posse ao conselheiro Vereador Jorge Ribeiro de Souza, como membro titular, representante da Câmara Municipal do Recife, em substituição ao Vereador Ronaldo Ribeiro. Estiveram presentes os conselheiros, Dr. Djalma Souto Maior Paes Júnior, presidente do CDU, Dra. Norma Lacerda (suplente do Presidente), Dr. José Cavalcanti de Rangel Moreira, Diretor Geral da DIRCON/SEPLAM (titular), Dr. Elísio Soares de Carvalho Júnior, Secretário Adjunto de Finanças, (suplente), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município da Secretaria de Assuntos Jurídicos (titular), Dr. José Carlos Almeida Júnior, Assessor da Diretoria Geral de Planejamento da Secretaria de Saúde (titular), Dra. Djane Barros Mendonça Salsa, representante da Secretaria de Educação (suplente), Dr. Roberval Veras de Oliveira, Secretário Adjunto de Serviços Públicos (suplente), Dr. Francisco José Couceiro de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Econômico (titular), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Secretaria de Saneamento (titular), Dr. Carlos César de Barros, Diretor Presidente da URB/Recife (titular), Vereador Jorge Ribeiro de Souza, representante da Câmara Municipal do Recife (titular), Vereador Jurandir Liberal, representante da Câmara Municipal do Recife (suplente), Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira, representante da FIDEM (titular), Professora Maria de Fátima Furtado, representante do MDU/UFPE (titular), Dr. Marco Aurélio Mayrinck Estela de Melo, representante do SINDUSCON (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Dr. Márcio de Souza Rocha, representante do STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI-PE (titular), Dr. Ronaldo Coelho Filho, representante do CENDHEC (titular), Dr. Carlos Maurício da Fonseca Guerra, representante do Centro Josué de Castro (suplente), Dra. Ana Kelly Ferreira, representante da ETAPAS/ABONG (suplente), Sr. João José da Silva, representante do Fórum do PREZEIS (suplente), Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente), e o Sr. Paulo André, representante da Central dos Movimentos Populares – CMP (suplente). Prosseguindo, Dr. Djalma solicita a Dra. Norma Lacerda, para iniciar a exposição sobre o Plano Diretor. Dra. Norma divide a apresentação em duas partes. Uma relativa à dimensão técnica e outra, política referente ao processo de discussão. Quanto à parte técnica, Dra. Norma, enfatizou o mapeamento da leitura morfo-topológico, ou seja, a identificação de áreas a partir de seus atributos territoriais. Ressaltou que pela primeira vez a administração local contará com uma cartografia para o planejamento urbano. A elaboração do mapa demorou 6 meses, com uma equipe de cinco pessoas, que trabalhou com 1.208 fotografias atuais da cidade, além de ortofotocarta e imagens de satélite. Dra. Norma registra também que “temos até o dia 15 de dezembro

para enviar o projeto de lei à Câmara Municipal do Recife, caso contrário não haverá condições de a proposta ser votada em 2004, por causa das eleições. Propõe que sejam discutidos os termos de abrangência do novo Plano Diretor. A proposta é que continue a ser abrangente, com ênfase na dimensão físico-territorial, habitação, saneamento, transporte, meio ambiente e uso do solo. As demais dimensões importam no que se refere ao seu rebatimento espacial. Para concluir comunica que, no próximo mês, o assunto começa a ser discutido com delegados do Orçamento Participativo técnicos municipais, CDU, vereadores e sociedade civil organizada. "O debate vai garantir a legitimidade, a sociedade deve ser co-autora do plano". (Cópia da apresentação, em anexo) Em seguida, Dr. Djalma passa a palavra ao conselheiro Antônio Carrilho – FIEPE, que fala da sua preocupação em abrir um espaço para uma ampla discussão sobre a cidade, criar independente de facção política um novo modelo de planejamento, beneficiando todos os bairros da cidade. Cita a importância que teve a Avenida Conde da Boa Vista, hoje degradando-se. "Receio que o mesmo venha a acontecer com a Avenida Agamenon Magalhães". Dra. Norma fala que este plano diretor, diferentemente do PDCR irá considerar a questão do espaço público. Dr. Djalma endossa a fala da Dra. Norma, afirmando a importância que este Plano dará ao espaço público. A seguir, passa a palavra a conselheira Fátima Furtado do MDU/UFPE, que congratula-se com Dra. Norma pelo estudo apresentado e sugere o início do trabalho pela concepção. "É uma decisão estratégica do Plano Diretor, como e para onde conduzir o produto, pois a animação, a mobilização da sociedade como um todo, acontecerá quando for falado do espaço concreto que a população conhece. Minha percepção é que o Plano deve ser de desenvolvimento em termos de abrangência, buscando o desenvolvimento urbano. A preocupação específica com a dimensão físico-territorial, seria uma decorrência, se discutiria com a sociedade o modelo de cidade, os principais vetores de desenvolvimento da cidade, a geração de emprego para dinamização da economia, enfim, para a vida urbana. A partir dessa definição estratégica, tudo convergiria para uma proposta de desenvolvimento. Pergunto, como priorizamos o espaço físico-territorial, se não temos uma definição em que sentido será essa organização. Como é que você organizará esse espaço, em que direção, em que sentido, isso implica prioridade? Outra pergunta subjacente, será que Recife está numa situação sócio-econômica que possa prescindir de uma discussão sobre o desenvolvimento da cidade? Será que poderemos priorizar o físico-territorial? A definição de priorizar a dimensão físico-territorial, historicamente, faz com que planos diretores terminem parecendo com lei de uso do solo. Será que esta é a melhor estratégia? Para concluir, a minha preocupação é levar agora a discussão para o físico-territorial, perdendo-se a oportunidade de uma discussão mais ampla de todas as dimensões do urbano. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro César – URB, que faz uma observação a respeito da metodologia do plano. "Tive oportunidade de participar de seis Planos Diretores e mais de oito Plantas Diretoras, e é interessante percebermos as diferenças entre elas enquanto produto". Expõe sobre as plantas diretoras da FIDEM, o porque de sua elaboração, da sua proximidade com LUOS, devido à emergência de algumas cidades se encontrarem num estado quase caótico. "Então, questiono, sobre a origem dos planos diretores: uma exigência Constitucional. Hoje, estamos trabalhando com um território totalmente ocupado, que é o caso do Recife. Poderemos ter plantas temáticas, onde absorvemos prioridades, detectamos dificuldades e potencialidades, possibilitando uma maior agilidade. Concordo com a Professora Fátima, o plano diretor não deve ser físico-territorial, deverá ter uma maior abrangência. No entanto, não devemos perder de

vista que o plano não pode se estender por muito tempo. Infelizmente, perdemos a dimensão da cidade planejada globalmente, isso porque ao meu ver paramos de planejar desde a década de quarenta, em Recife, principalmente. Com pequenas ações e obras realizadas isoladamente, ao desejo de governantes e empresários. Hoje, a oportunidade que temos com a revisão do plano diretor, depois de um diagnóstico bem realizado, é a elaboração dos planos específicos. Minha preocupação maior é com, a legitimidade do Plano. Razão pela qual é importantíssimo a participação, o comprometimento da sociedade". Em seguida, Dra. Norma responde as intervenções dos conselheiros. "Consideramos que o fato de priorizarmos a dimensão físico-territorial, não estamos absolutamente abrindo mão de discutir o desenvolvimento da cidade como todo. Já tivemos oportunidade neste Conselho de discutirmos os princípios do plano. Considero impossível trabalharmos a dimensão físico-territorial, se não tivermos como insumo fundamental, o projeto de cidade que queremos. Há um ano que estamos refletindo. Quando nos debruçamos sobre os planos setoriais, ou das deliberações de conferências, percebemos que existem diretrizes estabelecidas mas, o espaço está completamente ausente. Quando falamos na dimensão do desenvolvimento econômico, devemos assinalar para onde devemos induzir. Vamos induzir a uma descentralização ou não? Isso é exatamente discutir o desenvolvimento da cidade. Não conseguiremos priorizar essa dimensão, sem saber o que queremos em termos de cidade. Uma questão relevante: consideramos que o plano não deve repetir as diretrizes dos outros setores. Insisto, estamos discutindo o desenvolvimento da cidade, não poderemos priorizar o aspecto físico-territorial sem uma discussão sobre o seu desenvolvimento. Uma outra questão diz respeito à colocação da conselheira Fátima que sentiu ausência em termos de definição de prioridade. Chegaremos lá. Finalmente, não temos receio de cairmos numa lei de uso e ocupação do solo. Sabemos claramente aonde um plano diretor termina e uma lei do uso do solo acaba. Não podemos, após a identificação de macro-identidades ou seja da identificação de territórios, de fazer a seguinte reflexão: até que ponto essas macro-identidades suportam transformações, considerando as infra-estruturas hoje instaladas. A pergunta chave em relação a essas macro-unidades será verificar suas tendências, e, saber que grau de transformação suportam. Em relação a colocação do conselheiro César, achei muito pertinente. Quero que fique bem claro, que não iremos elaborar planos específicos, muito pelo contrário. É muito difícil quando estamos realizando diagnóstico não pensarmos em proposta. Assim, uma delas seria estabelecer que a revisão da LUOS deveria ser elaborada à partir das mencionadas macro-unidades. Sobre a legitimidade, realmente é fundamental a participação da sociedade na elaboração das propostas, ela tem que ser co-autora do plano". Dando prosseguimento, Dr. Djalma passa a palavra a conselheira Sílvia – FIDEM. "Complementando o que César falou, a FIDEM realmente está preocupada com a sustentabilidade das cidades. Mas, a pressão é tão grande que resolveu elaborar as plantas diretoras para resolver demandas, como, as de Ipojuca, Porto de Galinhas. Diante das instalações de hotéis, demanda para loteamentos, tínhamos que ter um instrumento para uma resposta rápida contemplando a parte físico-territorial e alguns instrumentos de gestão. Isso não quer dizer que não iremos atender o Estatuto da Cidade. Posteriormente seria considerada as demais dimensões visando um desenvolvimento integrado da cidade. Lembro também que o Estatuto da Cidade determina que as cidades com mais de 500 mil habitantes, possuam um Plano de Transporte específico, elaborado conjuntamente com o Plano Diretor da Cidade. Fugindo um pouco o assunto, gostaria de fazer um apelo aos conselheiros em relação ao horário das reuniões.

Na reunião passada cheguei no horário previsto (09:00h), necessitando me ausentar às 11:00h. Pelo atraso da reunião, fiquei impossibilitada de votar. Hoje a reunião só começou às 10:00h". Continuando, Dr. Djalma passa a palavra a conselheira Maria Lúcia – FIJI, fala que "nesta gestão as pessoas da sua comunidade quando reunidas para falar sobre o Planos Diretor, sabem do que se trata. Temos na nossa comunidade muitos ambulantes que chamam o plano diretor de um novo modelo para a cidade que estão inventando. Se preocupam com o que será feito deles". Cita o exemplo do camelódromo da Avenida Dantas Barreto, que não resolveu o problema dos ambulantes, nem mesmo de ninguém. "Foi construído por determinação política, sem consulta à população. Existiu também um tal de Projeto Capital, elaborado na gestão do Dr. Roberto Magalhães que, até hoje, não sabemos do seu paradeiro. Por esta razão, este plano nos preocupa, é dinheiro público e a sociedade tem que participar, ter todas as explicações. Espero que ele nos permita um ordenamento, com definições de onde deveremos construir escolas, por exemplo e melhorar o transporte público. Ordenar de fato a cidade". Passando a palavra ao conselheiro Huseyin – CORECON, fala da comparação entre as cidades de Natal e Recife. "Natal tem um rebatimento muito simples. Existe na cidade um contingente militar enorme. Razão pela qual o problema de regulamento é um processo natural, de ordem cultural e antropológico. Até o sistema de kombis na cidade, é regulado. Minha preocupação é quanto ao curto espaço de tempo. O processo de audiência pública é difícil de ser implantado. Outra coisa diz respeito aos prédios da Agamenon Magalhães mencionados por Carrilho. Discordo da colocação de César. Aquilo é estoque de capital ocioso. Trata-se de ligar o macro com o micro, como por exemplo, a questão dos ambulantes com os interesses mais gerais. É complicado. Temos também que repensar o cronograma, é quase inexequível. Proponho que esse estudo seja discutido logo, para termos mais tempo para elaborarmos as propostas. Não vejo audiências públicas, como um meio melhor para a participação da sociedade". Dra. Norma responde as colocações, iniciando pelas do conselheiro Huseyin. "Estamos preocupadíssimos também com o prazo. Prazo esse estabelecido por conta da Câmara. Só poderemos enviar projetos de leis para à Câmara, até o dia 15 de dezembro. A partir daí existe um recesso. Três meses para votação, entrando num período de eleição". O Vereador Jorge Ribeiro, faz um aparte, lembrando que antes de ser votado, tem que passar pelas comissões, que têm um prazo de 45 dias para apresentar seus pareceres. Dr. Djalma, informa que, o Congresso da Cidade está previsto para o mês de novembro. O Conselho tem sua representatividade, deve motivar a sociedade à participar do plano. Teremos que ter também a participação efetiva dos vereadores, dos sindicatos, das associações, das ONG'S e etc. No CDU temos dois vereadores representantes, mas, seria interessante mais participação da Câmara. O Vereador Jorge Ribeiro solicita novo aparte e comunica que o Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura, Dr. Dilson Peixoto, pediu dispensa de prazo na Câmara, recentemente, no que diz respeito à regulamentação do transporte alternativo, que é outro caos em nossa cidade. "Existe um compromisso na Câmara em comum acordo com o Governo do Estado (EMTU). As Emendas já estão sendo votadas pelas comissões. Acredito que até junho estejamos com o transporte alternativo regulamentado. O projeto é muito rígido, com certeza trará um grande benefício à sociedade". Dr. Djalma passa a coordenação da reunião à sua suplente, Dra. Norma para atender uma solicitação do Sr. Prefeito. Continuando, Dra. Norma se reporta ao conselheiro Huseyin e fala que, "não temos ainda a segurança para sobre o formato dos espaços de diálogo, precisamos da colaboração de vocês. As contribuições serão bem vindas. Não poderemos errar.

Respondendo a conselheira Lúcia, fala novamente da legitimidade. Ela é uma responsabilidade do poder público, mas é essencialmente uma responsabilidade da sociedade. Em relação a questão dos transportes, colocado pela conselheira Sílvia, vamos ter a Conferência de Transporte. Pensávamos realizar um grande evento: Conferência de Transporte, Urbanística e Ambiental. Mas, infelizmente, eles estavam mais adiantados em termos de organização do processo. Iremos participar efetivamente da Conferência de Transporte, assim como Transporte, terá uma grande participação na Conferência Urbanística e Ambiental". Em seguida, passa a palavra a conselheira Fátima Furtado, fala que "gostaria de trazer mais algumas contribuições no sentido da metodologia de trabalho e em relação ao prazo. Teremos que ter uma compreensão muito grande do que seria esta legitimidade. Lembrando um ponto que César colocou, tive também a oportunidade de trabalhar com planta diretora, mas, uma experiência que acredito ter sido mais importante foi ter trabalhado no plano, ora vigente. Eu e algumas pessoas aqui presentes. O PDCR pode ser visto somente como produto e como processo. Na época não foi falta de objetividade, foi uma opção trabalhar o plano como um processo de mobilização da população para discutir a cidade. Pra isso, se precisa de tempo e isso é que dar legitimidade. Quando falamos em legitimidade, teremos que estar com os dois pés fixos no chão e termos os prazos bem objetivos. Em relação ao modelo de plano, insisto que a definição de ordenamento, pressupõe uma ordem. Ordem pressupõe uma decisão. Quem decidiu a ordem? Isso é que implica em legitimidade e não o tanto de eventos que se faz. Mas, justamente até que ponto se abre a discussão para a sociedade. É preciso que isso fique muito claro. Outra questão é sobre as plantas diretoras, assunto relevante aqui, pois é um modelo que poderemos vir a cair. César e Sílvia foram corretos nas suas colocações. Foi uma coisa emergencial necessária por uma conjuntura negativa. Absolutamente não é um modelo. Elaborou-se emergencialmente para cidades pequenas, coisas bem específicas. Não deve ser o nosso modelo. Outra questão, o PDCR teve legitimidade e foi engavetado. Não é a legitimidade da discussão do plano que garantirá que ele não será engavetado, mas os instrumentos. O modelo de gestão do plano tem que ser largamente discutido com a sociedade. Plano nenhum é perfeito e o aperfeiçoamento se dará depois, ao longo do tempo. Mais importante do que esse produto são os instrumentos de gestão desse produto. Através deles será possível sanar alguns erros, aperfeiçoar e melhorar. O plano deve se aproximar muito do plano de gestão, de um plano estratégico e a parte físico-territorial cair para uma escala menor. Sub-planos, planos territoriais, isso é possível pois já teria havido a discussão macro. Outra coisa, diz respeito à questão metropolitana. Quando se coloca Recife como município, em termos urbanísticos é quase uma abstração. Temos uma cidade metropolitana. As questões não podem ser discutidas, isoladamente em Recife, e sim, a nível metropolitano. Tudo aquilo que é em rede terá que ser discutido no âmbito da rede, principalmente regulado. Com relação a preocupação de Carrilho, de que a Avenida Agamenon Magalhães torne-se uma Conde da Boa Vista de amanhã, é uma preocupação sim, pois ele não se reporta a um caso isolado, e, sim a uma tendência através de sistemas. É no ordenamento físico-territorial que resolveremos este problema? Jamais! Está em outra dimensão, que é urbana, com rebatimento na dimensão físico-territorial, mas, em outra dimensão. Outro exemplo, que reforça minha preocupação em se dar esse corte físico-territorial é ignorar as dimensões, que, efetivamente conformam a dimensão físico-territorial. Você fica trabalhando no efeito ao invés de trabalhar nas causas". Falando sobre um passeio que fez pelas ruas do centro, concluiu que os instrumentos existentes para que a gestão possa trabalhar, são claramente insuficientes

para resolver os problemas. “Isto é que deverá ser discutido. O grande problema, chama-se POBREZA metropolitana. Inclusive, pobreza de instrumentos de gestão. Pobreza de percepção conceitual, de onde estão os problemas. Estou me penitenciando como urbanista”. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Aubiérgio – CEF. “Grande parte do que ia colocar a professora Fátima abordou. O problema é que, muitas vezes trabalhamos o efeito, deixando de perceber a causa. Temos mais um problema de gestão como causa, que está refletindo, por exemplo, no plano do ordenamento territorial. A questão é identificar em qual quadrante está a causa, e, procurar trabalhar ela e, eventualmente priorizar essas questões. O principal objetivo do plano diretor é garantir o acesso. Acesso à participação do cidadão, à inclusão social, a uma infra-estrutura adequada, à moradia, trabalho e renda, ao direito de viver na cidade. E, aí percebemos que, ao longo dos anos, investimos em algumas áreas da cidade, que hoje, efetivamente encontram-se em decadência. Ao mesmo tempo, nos deparamos com certas surpresas. Exemplo: não sei o que se passa na cabeça de um determinado empresário que deu início a construção de um prédio residencial, numa rua pouco convidativa para se morar, como a Bispo Cardoso Aires, esquina com a Visconde Suassuna. Um dos objetivos do plano é estimular os investimentos imobiliários para áreas onde a infra-estrutura básica esteja subutilizada. Isso é básico, claro para nós. Paralelo aos estudos do plano, a CEF, em parceria com a Prefeitura e com o Governo Francês, vem estudando algumas ações específicas nos bairros de São José, Boa Vista e Santo Antônio. Embora, sabemos que é muito pouco ainda para o que a cidade precisa”. Passando em seguida a palavra, o conselheiro Maurício – CJC, ressalta da importância de um espaço para se discutir a concepção do plano diretor, a partir do Estatuto da Cidade, lei que deve estar norteando o plano. “Deveríamos estar mais embasados diante dela e a partir daí pensar a concepção do plano diretor. Essa discussão deveria ser trazida ao Concelho numa próxima reunião. Temos colocado com freqüência que em termos de abrangência do plano, deve ser enfatizada a dimensão físico-territorial. Não desconsiderando nada do que Fátima colocou. Realmente tudo é necessário. O que é importante garantir nessa concepção é a gestão, a definição da posição social da cidade, da propriedade. Hoje, não temos isso garantido de forma alguma. É fundamental que o plano traga essa noção. Só a partir daí que começaremos a enfrentar os acessos. O plano diretor, a partir do Estatuto, garante isso, através dos seus instrumentos. Dessa maneira derrubaremos alguns mitos colocados, como, cidade formal e cidade informal, cidade legal e cidade ilegal. Trazer a regularização fundiária como pauta principal também. Não queremos um plano de gaveta, razão pela qual priorizamos a dimensão físico-territorial. Os conceitos devem ser discutidos para estabelecer a proposta físico-territorial. Outra coisa interessante para que isso aconteça é publicizar, por na rua esse plano. As diretrizes têm que ser definidas pela população. O PREZEIS precisa ser tratado nesta gestão, da mesma maneira do OP. Para construção da Conferência Urbanística Ambiental, o Fórum de Reforma Urbana apresentou uma proposta, sugerindo que seja também ambiental, deliberando sobre o plano diretor. Que as propostas sejam sistematizadas em reuniões anteriores, para serem votadas na Conferência. Colocamos também na proposta, que fosse criada uma comissão composta pela sociedade civil, CDU, COMAM e o próprio Fórum de Reforma Urbana”. Em seguida, Dra. Norma fala que “as questões são bem complexas. Temos a convicção de que o plano diretor não é uma panacéia para resolver todos os problemas da cidade, acredito embora possa contribuir enormemente. Insisto sobre o foco central, não significa desconsiderar as demais dimensões, mas, como essa dimensão físico-territorial pode contribuir para o

desenvolvimento da cidade, tornando-a, por exemplo, mais atrativa, e, assim, atraindo mais investimentos. Outra questão: temos que nos situar historicamente. O Estatuto da Cidade decorrente do Movimento de Reforma Urbana. Da mesma forma que a Lei de Diretrizes de Base, foi fruto de um movimento Nacional. A Reforma Sanitarista, na área de saúde. Até a história desse Conselho deve ser considerada. Foi pensado como um supra Conselho. Tivemos uma multiplicação de conselhos setoriais, estabelecidos, inclusive, pelo Plano Diretor da Cidade do Recife. No regimento interno do CDU está previsto duas Câmaras, uma de desenvolvimento social e outra de desenvolvimento econômico. Nunca foram implementadas. Se o plano não for simples, preciso, exatamente no que queremos em termos de projeto de cidade, considerando todas as dimensões, aí sim ele será engavetado. Em relação as atividades econômicas, vamos definir instrumentos que contribuam para um processo de descentralização das atividades econômicas? Outra coisa é que, na hora em que tivermos uma cidade mais atrativa, com melhor qualidade de vida, estaremos influenciando nas condições de saúde, atraindo investimentos, etc. Em relação à questão metropolitana, hora nenhuma ela está sendo esquecida. No documento Dinâmica Urbana Recente, a metrópole está presente até em demasia. Pecou por considerar demais, quando chegou na hora do município, não conseguiu territorializar. Outra questão que considero muito importante, foi a colocação de Maurício sobre a Conferência. Deverá ser criada uma comissão composta pelo CDU, COMAM e Fórum de Reforma Urbana. Alguns conselheiros poderão ter outras propostas em termos de formação dessa comissão a ser criada, para organizar a Conferência da Cidade. Temos a certeza de que em um ponto determinado do plano diretor, sobre tudo quando começarmos a elaborar as propostas, precisaremos fazer o mesmo processo que fizemos com a Lei dos 12 Bairros. Retirar uma comissão do CDU, que acompanhe e participe mais diretamente do processo de elaboração de proposta”. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Aristóteles – CREA. “Discordo quando se diz que Recife é uma cidade difícil de ser planejada. Talvez seja a cidade brasileira que tenha o cenário mais configurado sobre o ponto de vista espacial. Os montes e os rios definem a cidade. Por esta razão a questão metropolitana é uma condição natural. A expansão de Recife é fora da cidade. Por exemplo, São Paulo tem 400 Km para chegar ao Rio de Janeiro. É uma cidade que tem possibilidade de expansão contínua, permanente. Recife, não tem essa condição, porque está definida geograficamente. A pouca área e os limites geográficos amarrados geram dificuldades de se criar novos arruamentos, é difícil abrir rua em Recife. Essa concentração da cidade gera também altos custos de terrenos. Os mesmos são bem mais caros que os da cidade de São Paulo. Isso pela pouca oferta. O mapa exposto é crucial, é o reflexo que ilustra muito essa característica do Recife. O mosaico é consequência natural de uma cidade concentrada. Acaba gerando especificidade ao longo da cidade, porque não temos escolha. Normalmente, os planos diretores criam fórmulas e parâmetros que são colocados dentro da sociedade, mas são as condições naturais de implantação, as forças sociais, o mercado que vão definir finalmente a ocupação. Acho esse processo, para uma cidade como Recife, até certo ponto, anárquico. Porque o que vai acontecer a partir daí, é puro chute. O caminho para desenvolver um plano de ocupação de Recife, seria a partir de um trabalho específico. Em vez de um grande plano, deveríamos setorializar e definir as vocações da cidade, que já estão definidas. A partir da concepção que a cidade representa, e, esse mapa ilustra muito isso, o plano tem que ser pensado setorialmente. Deveremos pensar a cidade considerando a vocação de determinadas áreas, e, a partir daí pensar, como transformar isso numa região produtora, que funcione e seja viável

economicamente. É importante considerar a influência do eixo em relação a utilização da cidade. O primeiro eixo, serviços e comércio, mais para trás, entrariam equipamentos como restaurantes, edifícios-garagem, etc e, mais afastado um pouco, o habitacional". A seguir, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Paulo André – CMP, que inicialmente comunica a realização do Congresso da Central dos Movimentos Populares no mês de maio próximo corrente. Justifica também seu atraso, devido à participação em uma audiência com o Secretário Adjunto de Governo da Prefeitura. "Temos a preocupação em cairmos mais uma vez numa utopia. Lembro a apresentação do projeto de transporte de massa, aqui mesmo no Conselho, muito bonito, mas, totalmente inviável. Deveríamos pensar em um plano diretor com o objetivo, a perspectiva de resgatar a cidadania daquelas pessoas que estão excluídas da sociedade. Falou-se aqui da Avenida Agamenon Magalhães, com um tipo de preocupação. Nas imediações, temos uma ocupação com cerca de 154 famílias, como também, em Joana Bezerra e, em outras localidades. Há três anos, estamos pleiteando na Prefeitura um projeto habitacional para remoção dessas famílias. É inconcebível discutir a questão do plano diretor sem que tenhamos resolvido as questões de regularização fundiária e a questão da função social. É salutar para a economia o desenvolvimento do mercado imobiliário, porém, não pode se sobrepor aos interesses da grande massa da população, dos ambulantes. Concordo com a conselheira Fátima, quando a mesma afirma que a discussão do plano tem que ser em nível metropolitano. Hoje, ainda não temos um Conselho de Habitação, espaço onde poderíamos discutir, defender e pleitear sobre a questão habitacional para a população mais pobre. Não consigo vislumbrar essa discussão, sem que tenhamos uma discussão do ponto de vista da coleta seletiva, do trabalho de inclusão dos catadores (recicladores), expressão da exclusão social". Passando em seguida, a palavra ao conselheiro César. "No que se refere a prazo/tempo, lembro que o Estatuto da Cidade levou 10 anos, até sua aprovação, embora, algumas cidades como o Recife, por exemplo, já aplicassem alguns dispositivos que hoje são determinados pelo Estatuto. A maior preciosidade nesse processo será a discussão com a sociedade. Proponho que lancemos um ensaio para a sociedade começar a discutir, para termos respostas e, assim termos o referendo das diretrizes que estão previstas e as novas que vão surgir. Não devemos perder de vista que queremos melhorar a qualidade de vida. As questões deverão ser pontuais, como: poluição visual, regularização fundiária, cursos d'água, palafitas. A sensibilização da sociedade, só se dará quando este debate for ampliado. Resumindo, minha proposta é que, se coloque um prazo o mais urgente possível, para realmente colhermos frutos de toda discussão". Prossequindo, Dra. Norma responde aos questionamentos, primeiro, se reportando ao conselheiro Aristóteles. Fala que, "suas colocações merecem reflexão, sobretudo quando estivermos na fase de elaboração de proposta. Em relação a Paulo André, que colocou uma questão que acho importantíssima, o resgate da cidadania, o direito a cidade. Falei várias vezes, inclusive, aqui mesmo no Conselho, que o plano diretor em vigência é bastante atual, mas, os instrumentos não puderam ser implantados, ora porque leis específicas inviabilizaram a sua aplicação, ora porque os instrumentos não haviam sido regulamentados a nível federal, e, hoje, temos a regulamentação desses instrumentos. Temos que revisar o Plano Diretor do Município, porque, qualquer que seja o instrumento, deve ser fundamentado pelo próprio plano. Precisamos ter cuidado, só deveremos partir para discutir propostas, quando estivermos feito uma apropriação em termos de conhecimento da cidade. Falta pouco, não iremos nos fragilizar". Em seguida, passa a palavra ao conselheiro Roberval – Sec. Serviços Públicos. "Acho que temos que perceber



algumas coisas, nosso debate é muito salutar, pela sua diversidade. Este espaço pode ajudar não só na concepção, mas também, na metodologia, de como chegarmos à sociedade. No cronograma de discussão, temos várias propostas, como: audiências públicas, conselhos e etc. Dependendo do seguimento, teremos que ter uma estratégia específica. Nos movimentos populares, temos alguns espaços, mais teremos que desenvolver a metodologia. Existem outros setores mais específicos. Tem que ser indicada pelo Conselho uma comissão para participar e acompanhar mais de perto o processo. A metodologia tem que ser implementada de imediato, para que possamos de fato discutir a divulgação, a mobilização, torná-lo público. Isso bem amarradinho, com datas e prazos determinados. O processo só será de fato garantido, se tivermos uma boa metodologia, assim como, o aspecto de gestão do plano só será possível ser apropriado, se no processo de elaboração ele for bem encaminhado. A sociedade só poderá fazer cobranças, com a participação. Deverá se sentir co-autora. Outra coisa diz respeito à concepção, à abrangência. Temos que ter claro o sentido de apropriação da nossa cidade. Deveremos trabalhar da seguinte forma, discutindo as diversas dimensões, centrando nas questões territoriais, pois aí é onde se materializam as coisas. Temos que perceber as especificidades locais, as potencialidades, as características. Temos que ter um instrumento funcional, fruto de uma discussão ampla, portanto, legítima. Um instrumento que de fato irá reconstruir a cidade. Saber articular essa discussão com o que já foi deliberado em várias Conferências realizadas nesta gestão". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Huseyin. "Quando falei da questão dos princípios, não sei se, a cidade que queremos, iremos conseguir. Não será fácil, nem mesmo sei se é possível corrigir Recife. Não poderemos utilizar, por exemplo, o discurso inicial que teve o FOME ZERO. O presidente teve que voltar atrás. Só se faz o que se pode fazer. Se formos discutir os problemas mais específicos, não chegaremos a lugar nenhum. Temos que discutir os princípios gerais. Se falarmos sobre cidadania, todos entenderão. As questões temáticas poderão ser resolvidas por especialistas, a partir daí, levar para uma discussão pública. Com relação ao foco urbano espacial, sito a cidade de Veneza, que tem uma definição espacial rígida, fixa. E, os venezianos estão saindo da cidade. Porque o pessoal rico está comprando as casas para morar. É seguro, é bonito. Tenho dúvidas quanto à questão metropolitana. Devemos nos deter no possível. Para concluir, informo que o CORECOM, está distribuindo com todos os economistas e com os escritórios de consultoria, toda documentação que está sendo produzida sobre o plano, para ser analisada, e devolvida para trazermos ao CDU". Continuando, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro João – Fórum do PREZEIS. "O ponto mais importante é buscar a participação da sociedade, buscando que projeto, que modelo se quer para a cidade. Outra questão importante, inclusive, citada pelo representante do CREA, é a questão das ocupações. Segundo ele, problema central da cidade. Esta afirmação não é correta. O problema central da cidade é a falta de uma política habitacional para a cidade como um todo. Sem uma política habitacional, aqueles que se sentem miseráveis, buscam a ocupação dos espaços. É uma questão de dignidade, e esta dignidade não é ainda a esperada. Outra questão, é que a Prefeitura deverá colocar o CDU e seus outros Conselhos no seu Programa Institucional, já que eles fazem parte da gestão. Para concluir, iremos discutir mais especificamente no PREZEIS, com as entidades que fazem parte dele, para que possamos alavancar melhor com a sociedade, convidando os diversos membros para contribuir, e a partir dessas discussões, elaborarmos nossas propostas". Em seguida, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Francisco Couceiro – Sec. de

Desenvolvimento Econômico, que justifica não ter podido participar da discussão desde o início. Mas, ouvindo algumas questões, fala que “teremos que aplicar um “mea culpa”, muito na direção do que Huseyin falou. Estamos construindo o que é possível de construir. Hoje, pelo menos, as reflexões começaram. Não é a toa que a Câmara de Desenvolvimento Econômico do CDU não foi implantada. Dentro da medida do possível, mesmo com o calendário apertado, essa estratégia de um diagnóstico, para divulgar junto a sociedade é necessária. A proposta radical é fazermos o possível. Fazemos discutindo o possível nesse fórum que temos. Não dar para parar diagnóstico. Concordo que o momento da participação da sociedade deve ser privilegiado”. Para concluir, Dra. Norma informa que está mantendo contato com a Secretaria de Comunicação para elaboração de um folder “ilustrativo, com informações sobre o Plano Diretor, sua importância, como também fazendo menção ao Estatuto da Cidade. Outra coisa, está previsto o estudo da problemática habitacional, digo melhor, estamos elaborando uma proposta de política habitacional contemplando, inclusive, a gestão. Para concluirmos a reunião, em termos de encaminhamento, gostaríamos, primeiro, de assumir o compromisso de repassar, na próxima semana a nossa proposta, solicitando ajuda não só na concepção como na mobilização em relação as entidades que representam. Segundo desejamos saber se temos sinal verde para continuarmos com nossa orientação técnica, ou seja, com ênfase na dimensão físico-territorial”. Colocou em votação, com aprovação de 18 (dezoito) conselheiros, dos vinte e seis presentes. A conselheira Fátima, solicita um aparte, ciente do adiantado da hora e do término da discussão do assunto em pauta. “Peço desculpas aos meus pares, pelo não comparecimento à reunião passada, por motivo de doença. Mas tomei conhecimento do parecer do conselheiro Maurício Guerra, fiz leitura de algumas matérias em jornais local, como também participei de reuniões com entidades preocupadas com o defeito que teria a legislação em torno dessas Zonas Especiais de Patrimônio Histórico. Razão pela qual, solicito à organização do CDU, que coloque essa questão da legislação específica em discussão, se possível, na próxima reunião, ou mesmo numa reunião extraordinária”. Como o Dr. Djalma havia retornado à reunião, fez um aparte comunicando aos conselheiros que o Prefeito estava encaminhando um Projeto de Lei que modifica os Anexos 11 e 13 da Lei nº 16.176/96, o qual estabelece parâmetros e requisitos urbanísticos para o uso e ocupação do solo nas ZEPH – Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e a descrição literal dos limites respectivamente. “A modificação deve-se à necessidade de correção e de suprimento de algumas omissões na Lei 16.176/96, relativamente aos parâmetros de ocupação de algumas daquelas áreas, que comprometem a efetiva proteção dos sítios históricos, especialmente no que diz respeito ao Setor de Preservação Ambiental (SPA), área de transição entre o setor de efetivo significado histórico/cultural (Setor de Preservação Rigorosa – SPR) e as áreas circunvizinhas (Anexo 11)”. Comunica também que recebeu vários telefonemas e e-mails após o resultado da votação do processo do casarão da Madalena. “Foi fruto de uma avaliação, um parecer de ordem legal, logo a Prefeitura não poderia se posicionar de outra forma, tendo em vista que a legislação não previa. Não sem razão alguns conselheiros votaram com a Prefeitura, embora constrangidos. Creio que deveremos retirar do CDU uma comissão para junto com técnicos da Prefeitura participar da revisão de toda essa legislação”. Em seguida, a conselheira Sílvia da FIDEM fez uma colocação que ficou inaudível. Continuando, a conselheira Fátima fala que “a colocação de Sílvia, serve inclusive, para endossar que a solicitação que fiz, não se refere ao processo do casarão da Madalena em si, nem mesmo apenas à legislação do Patrimônio Histórico, mas

também, levaria uma discussão do papel da Comissão de Controle Urbanístico – CCU e do papel do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. A visão de instâncias, como se fossem instâncias de apelação, como o CDU pudesse desdizer da CCU o que é de competência dela. Com a votação, observou-se problemas na legislação e problemas no funcionamento da CCU e do CDU”. Prosseguindo, Dr. Djalma faz uma ressalva, lembrando que, “a CCU fez uma sugestão ao CDU, sugerindo um parâmetro de 13 metros e esta sugestão não foi acatada pela maioria dos conselheiros presentes na reunião passada”. A conselheira Fátima faz novo aparte e fala, “que a CCU é uma instância máxima em questões técnicas e a sugestão ao CDU foi, no mínimo, sem sentido, precisamos discutir isso”. Em seguida, Dr. Djalma fala que, o processo foi confuso, “recebi um ofício do IPHAN, pedindo retorno do processo, e vocês sabem que o Instituto alegou durante a tramitação, que o mesmo não tinha competência legal para emitir parecer. Concordo plenamente com a solicitação da conselheira Fátima, e iremos colocar na pauta da próxima reunião, o papel, a competência da CCU e do CDU”. A seguir, o conselheiro Maurício fala que, “acredito que, após o reconhecimento do IPHAN, é de sua jurisdição emitir parecer nesse processo, creio que o mesmo retornará ao CDU, para uma rediscussão, que com certeza será mais rica, com a participação das entidades mais pertinentes ao assunto, que na reunião passada infelizmente não estavam presentes”. A conselheira Tatiana – SAJ, fala que “opiniões divergentes em Direito, são comuns. No âmbito da Procuradoria esta definição já ouve. Ela entende que não há restrição a aquele gabarito. Daí porque sugeri que fosse encaminhado um projeto de lei à Câmara, para que essa restrição passe a existir. Há divergências de opiniões jurídicas. Na SAJ, quando o Secretário aprova o último parecer, essa é a posição que prevalece”. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Francisco – Desenvolvimento Econômico. “A discussão é mais ampla, embora não devemos esquecer que o mesmo foi submetido a esse conselho, que tomou uma decisão que deverá ser respeitada. Há outras instâncias para discuti-lo. O poder público teve o dever de colocar qual a limitação que entendia que existia, mesmo que alguns não entendessem essa limitação. A votação ocorreu, o CDU se manifestou. O espaço democrático é isso mesmo. Percebemos um erro durante o processo, vamos discuti-lo. O governo percebeu a falha na legislação e encaminhará um projeto de lei para complementá-la”. A conselheira Fátima, se reportando ao conselheiro Francisco, fala que “minha solicitação à mesa vai de encontro ao que você está colocando. Esse fórum, vai além do poder público. Uma gestão compartilhada. A SAJ realmente se colocou com clareza, posso até discordar do teor. Questiono a clareza do processo. Na minha visão de conselheira, esse processo não poderia ter vindo para o CDU. Como escutei de conselheiros do poder público, como também, representantes da sociedade civil, que foi tomada uma decisão que fere suas convicções. Então, houve alguma falha no processo. Existiu algum problema que não se restringiu à legislação, é mais amplo. Por essa razão é que peço a discussão. Não por desconhecer o processo democrático, o objetivo não é enfraquecer qualquer decisão do CDU. Mas, decisão da CCU, também é para ser respeitada. O CDU não pode ser um instrumento de enfraquecimento da Comissão de Controle Urbanístico”. O conselheiro Aristóteles, fala “temos que considerar que, quando um processo parte da Regional, por ser de impacto tem que cumprir uma legislação, terminando no CDU. Embora, a função do mesmo não é simplesmente aplaudir o que chegou aqui. Somos uma instância da sociedade, talvez a mais democrática, pois reúne diversos segmentos. Ao meu ver, o maior problema é que a informação não está chegando convenientemente. O CDU não tem que aprovar, por exemplo, o que vier da CCU. Ou

melhor, um projeto pode ter sido aprovado em todas as instâncias que tramitou, e chegando aqui no Conselho, não ser aprovado. Sugiro que o parecer do relator de qualquer novo projeto aqui no Conselho, seja divulgado antes da reunião, com o objetivo dos conselheiros poderem ter melhor conhecimento da matéria, conseqüentemente, melhor julgamento". Em seguida, o conselheiro César – URB, fala que gostaria de fazer uns esclarecimentos, relatando sobre os 60 e-mails recebidos, após a reunião passada. "Em um momento na reunião passada, precisei me retirar, atendendo solicitação do Prefeito, durante visita da Rainha da Holanda, e, ao retornar a votação já havia acontecido. Mas, é importante que isso fique registrado. A decisão não foi da Prefeitura. O CDU, não é um órgão executivo. O fato do processo ter sido no Conselho aprovado, não significa que será aprovado na Regional. A discussão não acabou. Como coloquei na reunião passada, esse espaço não é de votação, sim, de discussão". A conselheira Sílvia – FIDEM, defende que, "em momentos como esse, os relatores das outras instâncias por onde o processo tramitou deveriam estar presentes, para quaisquer esclarecimentos, não necessários para arquitetos, engenheiros, mas, para outros conselheiros com qualificação profissional não pertinente. Solicito também, que seja modificado na Ata, o horário do início da reunião passada, que na realidade só aconteceu por volta das 10:15h". O conselheiro Francisco, se reportando à conselheira Fátima, fala que, "não houve desrespeito aos parâmetros técnicos colocados pela CCU. O que houve foi uma posição quanto à legislação. Por isso houve o constrangimento. O poder público entendendo isso, deu seqüência, encaminhando para complementação o projeto de lei à Câmara. Continuando, Dr. Djalma fala, "todos reconheceram a qualidade técnica, o brilhantismo do parecer do relator Maurício Guerra, logo o problema não foi de natureza técnica. Sim, uma omissão na legislação". Solicitou à secretária executiva do Conselho, que tomasse providências no sentido de, só incluir na pauta, ANÁLISE DE PROCESSO, se o relator do mesmo entregar pelo menos com uma semana de antecedência seu parecer, para que possamos distribuir com todos os conselheiros. Dr. Djalma agenda para o dia 25 de abril de 2003 a 114ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, que terá como pauta: 1) Aprovação/Assinatura das Atas 111ª e da 112ª Reuniões ordinárias, realizadas nos dias 14 de fevereiro e 28 de março de 2003, respectivamente. 2) Apresentação da proposta da CTTU sobre a inversão do tráfego nas ruas Domingos Ferreira e Conselheiro Aguiar, em Boa Viagem. 3) Competência e Atribuição da Comissão de Controle Urbanístico – CCU e o do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. 4) Plano Diretor (Informes). 5) Outros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 11 de abril de 2003.

Djalma Souto Maior Paes Júnior – SEPLAM (presidente )

Norma Lacerda – SEPLAM (suplente do presidente)

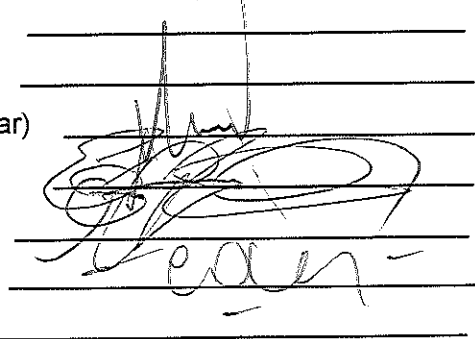
José Cavalcanti de Rangel Moreira – DIRCON/SEPLAM (titular)

Elísio Soares de Carvalho Júnior – Sec. Finanças (suplente)

Tatiana Maia da S. Mariz - Sec. de Assuntos Jurídicos(titular)

José Carlos Almeida Júnior – Sec. Saúde (titular)

Djane Barros Mendonça Salsa – Sec. Educação (suplente)



Roberval Veras de Oliveira – Sec. Serviços Públicos (suplente)	_____
Francisco José Couceiro de Oliveira – Sec. Des. Econômico (titular)	_____
Carlos Eduardo Maciel Lyra - Sec. de Saneamento (titular)	_____
Carlos César de Barros – URB/RECIFE (titular)	_____
Jorge Ribeiro de Souza – CMR (titular)	_____
Jurandir Liberal – CMR (suplente)	_____
Aubiérgio Barros de Souza Filho - CEF (titular)	<i>Oliver Zilber</i>
Sílvia Maria Ramos de Oliveira - FIDEM(titular)	<i>Paula</i>
Maria de Fátima Furtado – MDU/UFPE (titular)	<i>Fátima Furtado</i>
Marco Aurélio M. Estela de Melo – SINDUSCON (titular)	_____
Antônio Benévolo Carrilho – FIEPE (suplente)	<del>_____</del>
Antônio Aristóteles de G. Barros – CREA (suplente)	<del>_____</del>
Huseyin Miranda Sipahi – CORECON (titular)	<del>_____</del>
Márcio de Souza Rocha – STIUEPE-CUT (suplente)	<i>Márcio de Souza Rocha</i>
Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI-PE (titular)	<del>_____</del>
Ronaldo Coelho Filho – CENDHEC (titular)	<i>Ronaldo Coelho Filho</i>
Carlos Maurício da Fonseca Guerra – Josué de Castro (suplente)	<i>Carlos Maurício da Fonseca Guerra</i>
Ana Kelly Ferreira – ETAPAS/ABONG (suplente)	<i>Ana Kelly Ferreira</i>
João José da Silva – Fórum do PREZEIS (suplente)	<i>P/ Fórum do João José da Silva</i>
Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)	_____
Paulo André – CMP (suplente)	_____